

TOMADA DE POSSE DOS CORPOS GERENTES DO SPRA

2017/2020

O Sindicato dos Professores da Região Açores, através do Presidente da Assembleia Geral, ao dar posse, hoje, aos Corpos Gerentes do SPRA, para o triénio 2017/2020, renova, mais uma vez, o compromisso que, há cerca de quatro décadas, presidiu à sua formação: trabalhar em prol de uma classe docente digna e valorizada e de uma Escola Pública renovada e de qualidade para todos, considerada como instituição basilar da democratização e do desenvolvimento da sociedade.

A Educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. A qualificação dos recursos humanos é essencial a um País como o nosso e a uma Região como a nossa, que se querem modernos e desenvolvidos, alicerçados na criatividade, na inovação, na ciência, na tecnologia, na organização e no respeito pela natureza. Como dizia Kant, “é no problema da Educação que assenta o grande segredo do aperfeiçoamento da humanidade”.

O SPRA, sendo a primeira estrutura sindical de Educadores e Professores, nos Açores, nascida em 1974 e constituída, oficialmente, em 1978, integrada na primeira Federação Nacional de Sindicatos de Educação do País – FENPROF – e na primeira Confederação de Sindicatos – CGTP-IN – nascida em 1970, não abdica da sua responsabilidade, como parceiro social, pelos princípios que defende e objetivos a que se propõe, pelo seu pioneirismo e historial de reivindicação e de luta na defesa dos direitos sociais dos trabalhadores, em particular, da classe docente, e de um sindicalismo que se quer forte, interventivo e respeitado. Sem os Sindicatos, as condições de trabalho e de vida seriam, certamente, muito piores do que aquelas que existem atualmente.

A imagem que se incute na sociedade de que os Sindicatos são organizações corporativas de entrave ao desenvolvimento económico não corresponde à verdade. Os Sindicatos querem é que a modernização e o crescimento económico se façam a par da justiça social e do aprofundamento democrático. Pretende-se que a criação de riqueza assente noutro paradigma: aquele que reconheça a dimensão fundamental que o trabalho representa na vida das pessoas. Como dizia Carvalho da Silva, “ o trabalho, além de um meio de produção de

riqueza, constitui um meio de integração social”. A dignidade humana não pode ser anulada ou subalternizada por imperativos de produtividade e de lucro. Os trabalhadores têm de ser mais do que um recurso ou uma peça descartável no seio das organizações.

O Sindicalismo enfrenta, atualmente, novos e sérios desafios que urge vencer, resultantes do fenómeno da globalização, da crise financeira que assolou o sé. XXI e do modelo de desenvolvimento económico neoliberal, que têm conduzido ao empobrecimento e à exclusão social de largas faixas da população, de forma transversal em todos os setores de atividade. Constrangimentos sociais de diversa ordem, resultantes do enorme desemprego, têm levado a que as pessoas, sobretudo as mais fragilizadas socialmente: desempregados, contratados e jovens, se deixem vencer pela descrença e abduquem, por vezes, da sua capacidade reivindicativa, assumindo uma postura resignada, sem ambição, contentando-se com a mera obtenção de qualquer trabalho, mesmo que precário, mal remunerado e com poucos ou nenhuns direitos.

Apesar deste contexto sócio-político adverso, em que se retira condições às organizações sindicais e se dá força à entidade patronal, não podemos deixar que o trabalho continue a ser o principal fator de desigualdade humana. O Estado tem de assumir um papel fundamental na regulação da produção e na distribuição da riqueza, como forma de minimizar as crescentes assimetrias sociais e de desagrar as injustiças e tensões sociais. É inaceitável que, numa sociedade, dita civilizada, a riqueza se passeie nos caminhos da fome e da miséria. A rutura da coesão social é geradora de sentimentos racistas, xenófobos e de populismos que ameaçam a unidade europeia e a paz mundial.

O esforço exigido aos Sindicatos e aos seus dirigentes é imenso, uma vez que as dificuldades se adensam e os recursos escasseiam. Não raro, os problemas individuais emergem sobre os do coletivo, antevendo-se mesmo que, com a crescente descentralização administrativa do País, surjam acrescidas dificuldades nas relações de emprego que conduzirão, inevitavelmente, à dispersão da ação sindical. Tal implicará, por certo, novos modelos de organização e de funcionamento, levando ao abandono de rotinas e de procedimentos ultrapassados. Impõe-se uma ação estratégica, com exigências de coordenação efetiva, planeamento de médio e de longo prazo, a par de iniciativas inovadoras e eficazes. Estou certo de que as novas tecnologias de informação e de comunicação assumirão aqui um papel determinante na ligação dos Sindicatos aos seus associados, sem que tal signifique uma diminuição da sua capacidade de mobilização, como o comprovam os recentes movimentos sociais. A organização dos Sindicatos constitui um elemento nuclear da sua legitimação, reconhecimento e influência na sociedade.

Apesar da atenção dada às questões individuais, onde o apoio e as respostas de natureza informativa e técnica ganham expressão na atividade sindical, a formação dos dirigentes e delegados sindicais não pode ser descurada na sua dimensão política. É preciso combater a desinformação que é feita por algum poder político, pelos patrões e por certa comunicação social, relativamente à importância e ao papel dos Sindicatos na sociedade. É preciso fazer pedagogia contra o descrédito que se tende a instalar relativamente ao poder e à força dos sindicatos, mostrando que só há uma verdadeira forma de os enfraquecer, ou seja, quando colocarmos os interesses individuais acima dos interesses coletivos.

Todos sabemos que há conjunturas políticas mais favoráveis do que outras ao desenvolvimento da ação reivindicativa, mas o que é preciso é não desmoralizar e acreditar que, apesar de todos os avanços e recuos, se não lutarmos e resistirmos coletivamente, o bem estar social estará cada vez mais ameaçado. É preciso fazer sentir que a capacidade e a força da negociação coletiva será sempre muito superior à da negociação individual.

Vamos aproveitar esta conjuntura política para recuperar rendimento, dinamizando e aprofundando a ação reivindicativa, tendo em atenção os compromissos sociais do Governo, reiterados por António Costa, aquando da Convenção Autárquica do PS, ao afirmar o seguinte: “nas sociedades modernas a ação governativa não pode ser exclusiva do Governo, sendo necessária a mobilização do conjunto da sociedade: parceiros sociais e instituições da sociedade civil; é preciso trabalho conjunto para vencer os desafios do desenvolvimento; é obrigação do Estado, no combate às desigualdades, ter uma política de rendimento que aposte no aumento dos salários, no desbloqueio da contratação coletiva, na aposta da qualificação dos recursos humanos...”, etc. etc.

Embora considerando o que foi revertido ao nível de salários, reformas e prestações sociais, estes pressupostos de ação política e governativa não podem adormecer o trabalho sindical, porque a força e a dinâmica dos Sindicatos advêm da sua capacidade de mobilização e das conquistas alcançadas, quer no plano nacional, quer regional. O pior que pode acontecer é passar-se uma imagem de incapacidade, inércia, ou de inutilidade de uma organização.

Precisamos, ainda, não só de reaver muito do que perdemos injustamente, ao nível dos direitos e relações de trabalho, mas também de retomar o percurso normal das nossas carreiras profissionais, para que possamos ter salários e reformas dignas, reabrindo o caminho do progresso. Há que reassumir o prestígio e a dignidade da classe docente, garantindo a qualidade do nosso desempenho profissional, dada a relevância social da função que exercemos, porque, como diz Gilbert Chesterton “a Educação é a alma de uma sociedade a passar de uma geração para a outra”, e acrescento: à qual vamos dando, em cada momento,

novo corpo e novo rosto.

Organizações internacionais, como a OCDE, consideram que os professores são o recurso mais importante para o sucesso dos alunos, sendo o bem-estar, a motivação e a qualidade do ambiente de trabalho relevantes para a eficácia do seu desempenho. É por isso e para isso que os Sindicatos, como o SPRA, trabalham e lutam por uma carreira gratificante, pela estabilidade de emprego, por horários de trabalho adequados, pela desburocratização, pelo rejuvenescimento da profissão, por um ensino de qualidade e por uma escola inclusiva, pela manutenção e aperfeiçoamento da gestão democrática, pela participação dos docentes e alunos na definição das políticas educativas, por mais autonomia e qualidade nas relações de trabalho e por um financiamento adequado que sustente a aposta na Educação como investimento prioritário.

Os professores e educadores são essenciais ao Sistema Educativo, mas, tal como a produtividade não depende unicamente dos trabalhadores, o sucesso educativo não depende exclusivamente dos docentes. Estudo recente, da Associação EPIS, indica que as dificuldades de leitura, que estão na base do elevado insucesso no 1.º Ciclo, acentuam-se, de modo particular, nos alunos que “são mais expostos e vulneráveis às desigualdades dos contextos territorial e social”. Curioso é o fato de que, há precisamente 3 anos, neste contexto e neste espaço, chamava a atenção para este problema e transcrevo: “é necessária uma intervenção pedagógica mais diferenciada ao nível do 1º Ciclo”. “Os programas de recuperação/remediação vêm demasiado tarde, uma vez que, na sua maioria, visam superar dificuldades de aprendizagem ao nível da leitura e da escrita. Uma boa formação no 1.º Ciclo é determinante para os ciclos seguintes”.

Andreas Schleicher, diretor do Departamento de Educação e Competências da OCDE, considera que, apesar dos avanços registados, “as escolas portuguesas ainda não fizeram a transição do ensino do séc. XX para o séc. XXI; que os alunos estão formatados, sobrecarregados de matéria e de tempo de aulas, reprovando demasiado; que Portugal precisa de apostar na qualidade e não na quantidade de ensino, porque já não se recompensa as pessoas por aquilo que sabem – o *Google* sabe tudo – mas por aquilo que conseguem fazer com isso; que a educação tem cada vez mais a ver com o desenvolvimento da criatividade, do pensamento crítico, da resolução de problemas, da tomada de decisões, devendo ter-se em conta as qualidades ao nível do carácter como a empatia, a resiliência, a curiosidade, a coragem, a liderança e também os valores”.

Esta conceção de ensino para o séc. XXI não é visionária, há muito que tem seguidores se os docentes tivessem autonomia para tal. Discordamos quando diz que “há uma geração os

professores tinham a expectativa de que o que ensinavam seria válido ao longo de toda a vida”. Os professores têm visão de futuro e não de passado, não partilhando deste modelo de ensino demasiado centrado nos conteúdos. Porém, não são eles que definem os currículos, os programas, as cargas horárias, os exames e tudo o mais que o sistema educativo contempla. Há muito que perderam a sua autonomia científica e pedagógica, sendo sistematicamente condicionados, supervisionados e avaliados em função das orientações superiores, tanto ao nível Ministerial como das Secretarias ou da própria Escola.

Para mudar a forma como se ensina, há que confiar nos professores e educadores, restituindo-lhes a sua autonomia; há que envolver os agentes educativos na tomada das decisões; há que fortalecer a profissão docente.

É este desejo de fortalecimento e de libertação que move o Sindicato dos Professores da Região Açores, para que possamos ter uma Educação que responda, de facto, às necessidades do séc. XXI.

A todos os docentes que cessaram funções no SPRA, aos mais diversos níveis, dando o melhor do seu saber e da sua experiência para que, através do sindicalismo, se reforcem os laços de solidariedade coletiva, em prol de um país mais desenvolvido e humano, e a todos os que se disponibilizaram para integrar os Corpos Gerentes do Sindicato dos Professores da Região Açores, no triénio 2017/2020, manifesto o nosso total reconhecimento pela dedicação e serviço à causa coletiva, desejando que o espírito que norteou a adesão ao movimento sindical permaneça vivo em todos os momentos da vida pessoal e profissional.

Unidos na defesa dos Professores e Educadores e de um futuro promissor para as novas gerações... Viva o SPRA !...

Ponta Delgada, 19 de Junho de 2017

O Presidente da Assembleia Geral do SPRA

Armando António Dutra

